

Discurso e memória

(Discourse and memory)

Claudia Pereira de Souza

Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul)

11claudia@bol.com.br

Abstract: Starting with the notion of writing a social practice, which revolves around linguistics, history, ideology and the unconscious, this paper proposes a reflection about the exercise of writing. The studied *corpus* is an individual report about the life of an immigrant who left Iati, Pernambuco, in 1952, with his family. The report goes up to the present days, and the immigrant, who has been living in Taboão da Serra (Grande São Paulo) for 50 years and in the state of São Paulo for 61 years, brings us information about the development of the city of Taboão da Serra. In a nutshell, the objective is to analyze how the subject brings itself to subjectivity in that practice of writing. To verify the question of subjectivity, we use other concepts in the analysis, such as memory, alterity and identity.

Keywords: Memory; alterity; identity.

Resumo: Partindo da noção de escrita como prática social articula entre o linguístico, o histórico, o ideológico e o inconsciente, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre o exercício da escrita de si. O *corpus* analisado trata-se de um relato individual sobre a trajetória de um imigrante e sua família que saem de Iati (Pernambuco), em 1952. O relato segue até os dias atuais, em que o imigrante, morador de Taboão da Serra (Grande São Paulo) há 50 anos e do estado de São Paulo há 61 anos, apresenta ainda informações sobre a constituição da cidade de Taboão da Serra. Em síntese, objetiva-se analisar como o enunciador se subjetiva nessa prática de escrita. Para verificar a questão da subjetividade, aplicamos, na análise, os conceitos, de memória, de alteridade e de identidade.

Palavras-chave: Memória; alteridade; identidade.

Considerações iniciais

Este trabalho, que segue a linha de pesquisa “Texto, discurso e ensino: processos de leitura e de produção do texto escrito e falado”, é parte de uma proposta maior do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, sob a orientação da Dra. Patrícia S. Leite Di Iório. O início dessa discussão é o papel da memória no processo da escrita de si. Neste artigo, para discutir o papel da memória na constituição do sujeito, na perspectiva do discurso, tendo como *corpus* a escrita de um idoso, apoiamo-nos basicamente em Le Goff, Bosi, Coracini, Pêcheux e Orlandi, que nos trazem contribuições ao estudo sobre os lugares e o modo como a memória se efetiva.

O *corpus* analisado, constituído de um relato individual, apresenta inscrições que nos convidam a analisar os efeitos de sentidos construídos na escrita de si e nos levam a crer que subjetividade e alteridade são resultantes do trabalho de memória, uma vez que o sujeito-autor, ao escrever sobre si, escolhe e sistematiza, (re)edita palavras proferidas em outros contextos sócio-históricos e que ressoam produzindo lembranças e esquecimentos.

Pêcheux afirma que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos e etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52)

A dúvida é por que, então, no processo da escrita, o retorno a saberes que convocam uma tomada de posição do sujeito têm relações de discrepâncias? De acordo com Pêcheux (1995), o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos põe em jogo a relação do sujeito com aquilo que o representa, ou seja, estabelece relação com o imaginário. Segundo o autor, trata-se das ideologias, que não são ideias, mas forças materiais, que constituem os indivíduos em sujeitos.

Quando dizemos retorno a um conjunto de saberes na escrita, ou qualquer outra ação do indivíduo, estamos-nos referindo a um sujeito que se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias. Sujeito, subjetividade e memória são constitutivos de práticas políticas e produzem conhecimentos, efeitos e memórias.

Pêcheux mostra que o trabalho de interpretação é um processo contínuo de construção e desconstrução, e que os efeitos discursivos ocorrem de modo desigual e contraditório, ou seja, a memória permite a “repetição” da história, mas os sentidos se deslocam, porque na língua é possível estabelecer um jogo das subversões. Por isso, o trabalho da memória não é memorização psicológica: realiza-se na movimentação contraditória e desigual da história e da língua.

Então, a relação do sujeito-autor com a escrita de si, no espaço de uma folha em branco ou na tela do computador, é tensão. A relação entre a sua língua e as práticas no decorrer de sua vida é um lugar de resistência na constituição do sujeito de linguagem. Na prática de linguagem dos sujeitos, proveniente da história de vida, encontra-se, portanto, todo um funcionamento discursivo por meio do qual as lembranças vêm significar, refletir de um modo muito próprio, o que é efeito do esquecimento. Nesse processo, ao retornar a suas experiências durante as narrativas, mas também ao projetar novas experiências, o sujeito se subjetiva, colocando em questão as presenças e ausências de sentidos silenciados que sustentam a escrita de si.

O que se põe em cena, portanto, na escrita de si, é o direito à memória, o direito ao passado, que é um direito que as sociedades desenvolvidas não só respeitam e proveem, mas também tomam como critério para as suas transformações. Portanto, um direito ao passado que, ao mesmo tempo, projeta um direito ao futuro, o qual é construído como efeito de memória. A função da língua materna é dar suporte para esses sujeitos colocarem em circulação sentidos constitutivos de sua identidade.

Eckert-Hoff e Coracini (2010), em seus estudos, questionam o lugar ocupado na e pela língua, já que ser sujeito implica, de acordo com Scherer, “ser/estar na língua e no lugar ocupado nela” (2005, p. 5). Desse modo, a relação entre sujeito e língua que se constitui a partir da memória e do esquecimento da prática silenciada permite observar e explorar os processos de identificação no jogo entre passado, presente e futuro, entre os sujeitos e o imaginário sócio-histórico que circunda o ensino e a resistência da língua escrita, além de trabalhar os aspectos simbólicos que envolvem o processo de constituição da

relação entre sujeito e escrita de si, nos quais as interdições históricas funcionam no mais íntimo, no mais subterrâneo.

Discurso e memória

Partimos da ideia de que a memória deve ser entendida enquanto fenômeno social, já que o ser humano é um indivíduo social e pertence e se identifica com esse universo, reproduzindo modos de agir, pensar e sentir que são exteriores a ele e exercem poder de coerção. Segundo Bosi (2003, p. 16), essa preexistência e esse domínio do social sobre o individual deveria, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos, como a percepção, a consciência e a memória. Assim, consideramos a memória como construída coletivamente e passível de transformações constantes, ou seja, nossa memória não é genuinamente individual, mas coletiva, passível de uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e agrupamentos sociais que não estão parados no tempo, mas em constante reformulação. Segundo Halbwachs (2006), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, assim sendo, nossas lembranças são, da mesma forma que nossas ideias, reflexões, sentimentos e paixões estabelecidas no interior de um determinado grupo, são partilhadas por indivíduos e grupos sociais com os quais nos relacionamos. Logo, segundo o autor, a memória coletiva é relativa à sociedade e é uma interpretação das experiências vividas, sendo distinta do discurso histórico “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 2003, p. 17).

Sobre a memória individual, Halbwachs (2006) afirma a existência de uma “intuição sensível”, um estado de consciência puramente individual, distinto daquele em que há dados do pensamento social, presente na base de toda lembrança. É o que em parte garante a coesão e a unidade coletiva, concebida pelo pensador, como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. É um ponto de vista sobre a memória construída coletivamente. A memória individual não é isolada, seu suporte de apoio está relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela história. Ocorrendo a partir das referências e lembranças do grupo, então a memória individual deve ser percebida a partir do lugar ocupado pelo indivíduo no grupo e nas relações que mantém com outros meios. A linguagem é, nesse sentido, o instrumento que possibilita a socialização da memória, reproduzindo, aproximando e unificando no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens atuais.

Memória é trabalho, então Bosi (2003) assinala como excepcional o seu caráter livre, espontâneo. Afirma que lembrar é reconstruir. Nossas lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas, pois a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores, de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. É uma imagem engajada em outras imagens. Podemos criar representações baseadas na percepção do passado de outras pessoas, na nossa imaginação do que ocorreu, ou simplesmente naquilo que internalizamos de representações pertencentes a uma história oficial.

À medida que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los na forma de conjuntos, dos quais se destacam às vezes alguns, mas que abrangem muitos outros elementos, que não podemos distinguir nem enumerar completamente. Por isso, devemos duvidar da sobrevivência do passado tal como foi, isto é, lembrar o passado no momento presente silencia a identidade entre as imagens de um e de outro, propondo a sua diferença em termos de ponto de vista. No entanto, não podemos considerar a memória somente a partir da imaginação, da representação histórica ou de elementos que nos sejam exteriores. O processo de construção da memória passa sempre pelo sujeito.

Ao trabalhar com a relação entre memória e história, Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural, ou seja, são memórias coletivas. Já o que entendemos por história é a compreensão da sucessão de acontecimentos marcantes de um país e que não se resumem a datas, nomes e fórmulas, mas são correntes de pensamento e de experiência nos quais reencontramos nosso passado. Logo, pensando a partir da história, as memórias coletivas são apenas detalhes. Nesse sentido, a maior diferença entre esses dois elementos está no fato de a história ser entendida como o resumo dos eventos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas se encontra muito afastada das percepções do sujeito, ou melhor, “a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente” (HALBWACHS, 2006, p. 80). Portanto, história lida arbitrariamente com o passado, pois os fatos que trabalha muitas vezes estão distantes dos indivíduos, ou seja, da memória coletiva. Então, não podemos considerar a existência de uma “memória histórica”, uma vez que a história é algo distinto do que chamamos de memória coletiva.

Para compreender os estudos de memória, e fazer uma incursão mais específica sobre memória organizacional, é interessante iniciarmos por uma reflexão sobre a formação do conceito e do papel da história desde a Antiguidade clássica, com Heródoto, até historiadores e filósofos mais recentes. Ao longo do tempo, a busca incessante do historiador foi pela objetividade diante da ambiguidade da história. A história seria, na verdade, o reino do inexato, conforme manifesta Le Goff (2003).

Reconstruindo a evolução do conceito de história, Le Goff (2003, p. 129) apresenta, sob uma nova perspectiva, as principais questões da historiografia contemporânea. Entre elas, na França, o final da década de 1920, crescia em influência a chamada *École des Annales*, liderada por um grupo de historiadores reformistas, reunidos ao redor de Marc Bloch e Lucien Febvre. Desde 1929, esses pesquisadores vinham publicando uma revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, que tinha por objetivo afastar a historiografia de sua dependência da política, como era o gosto da corrente positivista ainda largamente hegemônica. O postulado é que outros temas deveriam servir de interesse ao historiador, novos campos de pesquisas deveriam ser abertos, graças ao impulso da arqueologia, que não se limitassem mais às visitas aos arquivos estatais atrás das decisões dos governantes, dos reis ou dos presidentes. Uma outra história deveria então nascer, abarcando as mentalidades das épocas passadas, a geografia, o clima, os costumes, a vida cotidiana.

Le Goff (2003) sinaliza para os paradoxos e as ambiguidades da história para melhor defini-la como ciência e, para isso, contrapõe diversos autores e suas metodologias e linhas de pensamento. Marc Bloch (apud LE GOFF, 2003, p. 23) não gostava da definição de que a história é a ciência do passado, e considerava absurda a própria ideia de que o passado,

enquanto tal, poderia ser objeto da ciência. Ele propunha que se definisse a história como a ciência dos homens no tempo, e pensava nas relações que o passado e o presente entretêm ao longo da história, considerando que a história não só deveria permitir compreender o presente pelo passado atitude tradicional, mas também compreender o passado pelo presente. Confirmando resolutamente o caráter científico e abstrato do trabalho histórico, não aceitava que fosse creditado exclusivamente à cronologia. Muitas vezes, seria vantajoso ler a história ao contrário. Afinal, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história (LE GOFF, 2003, p. 24). À relação essencial presente-passado, ele pontua o acréscimo do horizonte do futuro. Partindo disso, que postula a existência de duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. Segundo Le Goff (2003, p. 29), a primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido da relação nunca acabada entre o presente e o passado. Para Le Goff (2003, p. 32), o fato não é, em história, a base essencial de objetividade, tanto porque os fatos históricos são fabricados e não dados quanto porque, em história, a objetividade não é a pura submissão aos fatos. A cultura histórica não depende apenas das relações memória-história e presente-passado.

No século XVI, foram determinados cientificamente dois sistemas de periodização que marcaram uma mudança na ciência histórica: a divisão tripartida da história da humanidade em história antiga, história medieval e história moderna, e a definição aritmética do século em cem anos, por oposição à noção sagrada, mítica do século. As grandes religiões e civilizações estão ligadas por períodos que são as Idades do Ouro inicial e final, a evolução da humanidade ocorre pela destruição das condições naturais e morais da vida. Nesse sentido, o conceito de idade mítica traz a repetição do inicial, como nas religiões do eterno retorno, fazendo passar o mundo e a humanidade por séries de ciclos, eternamente repetidos. A sucessão de ciclos em que as idades míticas retornam indefinidamente chama-se Teoria dos Ciclos. A concepção dominante da história continua sendo a do retorno cíclico, passando por fases de progresso, apogeu e decadência. Isso acontece, inclusive, com a história das nações. Primeiro elas são bárbaras, depois se tornam grandes e polidas e são conquistadas, então voltam a ser bárbaras, porque enfraqueceram com a polidez. Essas teorias de ciclos e idades na religião judaico-cristã deram origem a calendários míticos e datas proféticas, cujo uso político e ideológico desempenhou um papel importante na história e até hoje inspiram uma série de projetos de memória organizacional baseados somente em efemérides.

De acordo com Le Goff (2003), a história parece não ter uma linha do tempo uniforme, ela é explicada como acontecida ciclicamente dentro das oito principais civilizações (egípcia, babilônica, indiana, chinesa, mexicana, árabe, clássica e ocidental), sem continuidade entre elas. Cada uma fechada em si mesma, acontecendo sem contatos nasce, cresce, envelhece e morre, realizando seu próprio ciclo vital. A história cíclica acontece com as peculiaridades da vida humana e com os mais diversos acontecimentos do mundo. O homem é um ser imerso em temporalidades, e, portanto, associado à subjetividade, identidade, memória e diferença. Existe o tempo clássico da Antiguidade, num modelo cosmológico, com características cíclicas, ligado ao movimento dos astros, portanto ligado a questões exteriores ao homem e à espacialidade. Na Idade Média, o tempo é aquele ligado a uma possível eternidade, com fortes aspectos de religiosidade, em que o tempo terreno é considerado como transitório até a morte – o homem intemporal. Os tempos denominados modernos inauguram uma espécie de tempo linear em direção ao futuro, num tipo de negação

do passado a ciência busca negar valores atribuídos ao passado, busca apontar somente o presente como melhor e baseia-se numa concepção, na maioria das vezes, equivocada de progresso. E também o tempo pode ser subjetivo, ligado especialmente ao mundo interior e regido pelos ritmos das sensações e impressões pessoais desencadeando numa memória individual, sendo qualitativo e não mensurável.

A memória discursiva

A década de 1960 abriu um largo território para a área das ciências sociais. Nesse período, entram em cena Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso. A Análise do Discurso de orientação francesa, na base de sua construção teórica, fomenta discussões que nos fazem pensar sempre em questões que envolvem “o sentido”. Noções de sujeito e de sentido foram muito pesquisadas por Pêcheux. O conceito de memória discursiva também é um dos aspectos centrais analisados por esse teórico. Pêcheux aponta que:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52)

Para Pêcheux, todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro discurso. Os sentidos vão-se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. A memória discursiva, também enfatizada por Pêcheux como interdiscurso, de outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, que, entretanto, continua alinhavando os nossos discursos.

Nesse sentido, Orlandi (2012) explica que o conceito de interdiscurso de Pêcheux nos mobiliza a compreender que as pessoas estão ligadas a esse saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos pela ideologia e o inconsciente. Para essa autora, o interdiscurso está articulado ao complexo de formações ideológicas. O “sentido”, tão explorado por Pêcheux, é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações de -transferência- que se dão nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório.

O *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) assinala, no verbete sobre memória discursiva, que o discurso está atrelado à memória de maneira constitutiva, focando dois planos importantes: o da textualidade e o da história. Segundo o dicionário, o discurso vai tecendo progressivamente uma memória intratextual. Ao produzir um enunciado, podemos nos lançar a um enunciado já dito.

Nesse jogo discursivo, segundo Pêcheux, os enunciados produzidos em outro momento da história podem ser atualizados no novo discurso ou rejeitados mais tarde em novos contextos discursivos. Com a memória discursiva, os enunciados pré-construídos podem ser operados na formação discursiva de cada sujeito que, ao produzir novos discursos, estabelece relações com tudo o que já foi dito, com o interdiscurso, com sua memória discursiva.

Michel Pêcheux (1995, p. 171) nos reporta, quando se refere ao interdiscurso, às formulações anteriores, àquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento de um sujeito universal, à base da identificação e àquilo que todo sujeito em situações específicas, pode ser e entender sob a forma das evidências do contexto situacional.

Coracini e Ghiraldelo (2011, p. 33) apontam que a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem. As autoras também definem a memória como constituída de esquecimentos, pois silenciam outros sentidos, ou seja, sempre que afirmamos algo ou interpretamos um acontecimento, um texto, enfim, deixamos de lado outros sentidos, seja de forma consciente ou inconsciente.

História de vida

Nas ciências humanas, o movimento de recuperação da memória tem origem como a necessidade de enraizamento, pois o vínculo com o passado extrai a força para formação de identidade. Bosi (2003) afirma que quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época, pois ao se colocar um relato em um papel, acabamos suprimindo as dissonâncias, como impertinências, conflitos que são apagados e olhares e expressões faciais que não conseguimos expressar no papel. A autora também cita a força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador. Mesmo participando ou testemunhando os fatos o locutor poderia dar-nos uma descrição diferenciada dos fatos devido à sua ideologia, havendo “portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe” (BOSI, 2003, p. 18).

Para Bosi (2003), a memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade, cabendo-nos interpretar tanto as lembranças quanto os esquecimentos e omissões quando presentes na narrativa, pois são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas e dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época. Seria impossível termos um “fato puro memorizado”, pois ao relatar um acontecimento ou um fato, ele virá carregado de representações ideológicas, porque a narrativa não é unilinear e mostra a complexidade do acontecimento com pontos de vista diversos, às vezes opostos, sendo uma recomposição constante de dados.

Segundo Coracini e Ghiraldelo (2011), a escrita permitiu que muito do passado, inacessível por outras vias, chegasse até nós transformando, trazendo acesso a um tempo que não vivemos, mas que nos precede e, como tal, nos anuncia e deixa seu legado. É o que elas chamam de memória histórica.

Assim, de acordo com Bosi (2003), podemos atribuir à memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.

Análise do *corpus*

Desde o início do crescimento urbano de São Paulo no século XX, a população nordestina que vivia em condições quase desumanas, sem trabalho, sem comida para se sustentar e com outras necessidades, viram nesse centro urbano em desenvolvimento uma oportunidade para largar sua região de origem e construir uma vida melhor para seus filhos e para si mesmo. Mas a migração dos nordestinos se intensificou a partir da década de 1950 com o aumento dos empregos oferecidos. Uma parte da população via (e até hoje vê) os nordestinos como um povo que só migrou para tirar o emprego da população paulista, os via como um povo preguiçoso e pobre que deveria voltar para o local de onde veio. Mas o que essa parte da população não compreende é que o povo nordestino auxiliou muito na mão de obra para o crescimento urbano de São Paulo, ou seja, todas as construções que vemos e estamos tem algum nordestino envolvido, e todas elas são de suma importância para o nosso dia a dia.

O relato individual de um morador da cidade de Taboão da Serra, em São Paulo, que conta um pouco de sua trajetória de imigrante vindo de Iati, Pernambuco, em 1952, até os dias atuais, 2013, é o *corpus* analisado neste trabalho. Esse morador vive em São Paulo há 61 anos, e em Taboão da Serra, há 50 anos. Essa seleção foi motivada por se tratar de um dos moradores mais antigos da cidade e ter vivenciado a sua formação.

Assim, solicitamos ao senhor José Cordeiro Lopes que escrevesse um pouco de sua trajetória e enviasse seu relato por *e-mail*. E ele mostrou-se muito entusiasmado com tal convite. Segue abaixo fielmente seu texto.

José Cordeiro Lopes, nasci em 1947 na Cidade de Iati Pernambuco, seu pai Braz Lopes Filho funcionário publico tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de varias dificuldades financeira cada dia ficava mais preocupado, motivado com as noticias comentários de amigos que em São Paulo avia muito trabalho e também se ganhava muito dinheiro, meu pai resolveu deixar minha mamãe e seus quatro filhos e vir sozinho para São Paulo, isso em 1950. Depois de dois anos e muito sofrimento de ambas as partes de meu pai em São Paulo minha mãe em Iati com seus quatro filhos dependendo que meu pai mandasse dinheiro para nossa sobrevivência.

Em 1952 minha mamãe recebeu uma carta e dinheiro com um pedido de meu pai que ela pegasse um pau de arara e viesse para São Paulo. Veja vocês minha mãe Maria Salustiana Cordeiro analfabeta e quatro filhos de 9,7,5,3 anos de idade Maria do Carmo, Maria das Mercedes, José, e Luiz Braz, imaginem 17 dia de viagem em um caminhão era chamava pau de arara. Em junho de 1952 começava a via sacra de nossa família. O que parecia solução se tornou em longo período de sofrimento, e incerteza após dezessete dias de viagem chegamos a são Paulo. Dormimos por três dias no albergue da antiga estação da luz, a espera do trem que nos levaria ate Vera Cruz Paulista, estado de São Paulo. Onde meu pai já estava há dois anos. Moramos na Fazenda Bela Vista, por seis anos.

Em 1958 agora já vivendo a realidade que nada era face mais continuava mantendo a esperança de melhora. Fomos morar em Londrina Paraná, na Fazenda Coro do Boi durante quatro anos. Na época não havia escolas nas fazendas, minha mãe preocupada com seus filhos que agora já eram seis em se criarem sem estudo e alem

das dificuldades que eram diversas, a ilusão de sair do meu Pernambuco na esperança de ganhar dinheiro que os nordestinos tinham, Estava se tonando em pesadelo, pela terceira vez. Lá estávamos mudando de estado novamente, apedido de minha mãezinha meu pai resolveu retorna a São Paulo.

Em 1963 chegamos a Taboão da Serra, morando em uma favela no Arraial Paulista, novas dificuldades surgiram, pois sem profissão e sem saber ler e escrever não arrumava emprego, com ajuda de amigos fui trabalhar de servente de pedreiro, muito difícil para mim, mas pelo menos tinha meu dinheiro para sobreviver, daí em diante as coisas começaram a tomar novo rumo em minha vida. Comecei estudar com quinze anos cursando terceiro ano fundamental, aos dezessete anos terminei o quarto ano fundamental, devido os horários de escolas e minha idade, parei com os estudos.

Neste momento tinha que tomar uma decisão, como já estava trabalhando em uma metalúrgica decidi prestar uma prova na vigésima escola americana para fazer um curso de torneiro mecânico.

Após dois anos, me formei torneiro mecânico e minha vida começou a mudar totalmente, já como profissional comprei um terreno e construí minha casa.

Com passar do tempo e experiência adquirida de grandes empresas como Massey Ferguson, Villares, Voith Siemens e Votorantim e alcancei o ápice profissional, somando 43 anos trabalhando como metalúrgico.

Sempre envolvido com os esportes conquistei vários campeonatos de futebol amador e alguns títulos como professor de Karatê. Sempre envolvido com sociedade de bairros e cobrando dos governantes melhorias para o Parque Pinheiros onde moro. Na verdade me apaixonei por Taboão da Serra, devo muito a esta cidade que me acolheu de braços abertos moro a quarenta e oito anos aqui.

Aqui casei e tenho três filhas Patrícia Siqueira Lopes, Adriana Siqueira Lopes, Izabella Vasconcelos Lopes depois desta longa caminhada, posso dizer que valeu a pena vir para São Paulo tenho uma linda família.

E falando um pouco de minha infância tenho muitas lembranças, da fazenda com 10 anos de idade das brincadeiras quando na internada montava em bezerros caindo vários tombos e isso para nós garotos era uma farra, muitas vezes chegava machucado em casa e ainda apanhava de minha mãe, viver na roça não tem dinheiro que pague a liberdade de ter uma vida simples do sotaque de caboclo do andar descalço das festas de São João com fogueira rezas de terço quentão pipoca muitos fogos Saudades.

Há que se observar, num primeiro momento, que a própria proposta de produção textual já se inscreve numa memória e promove o encontro entre uma atualidade e um acontecimento.

A partir disso, observamos, no texto, determinadas marcas linguísticas que, ao mesmo tempo, convocam uma memória e produzem lacunas, silenciamentos. Ou seja, ao se constituir autor, o sujeito lineariza saberes que são da ordem do sócio-histórico, como é o caso do pai que migrou para São Paulo devido à oferta excessiva de emprego.

- (01) [...] seu pai Braz Lopes Filho funcionário publico tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de varias dificuldades financeira cada dia ficava mais preocupado, motivado com as noticias comentários de amigos que em São Paulo avia muito trabalho e também se ganhava muito dinheiro, meu pai resolveu deixar minha mamãe e seus quatro filhos e vir sozinho para São Paulo, isso em 1950.

Percebemos que ao linearizar tais saberes, o enunciador privilegia alguns sentidos, silenciando outros. Esse movimento do sujeito, embora da ordem do inconsciente, é constitutivo da prática da escrita. Assim, o gesto de escrever implica a inscrição do sujeito-autor, mas também do sujeito-leitor, em uma determinada rede de sentidos, determinados sócio-historicamente. Em outras palavras, o que torna esse texto legível, interpretável, é a memória discursiva.

Chama-nos a atenção ainda o modo como o autor desse texto joga com a questão da memória, pois, ao mesmo tempo em que resgata saberes, aspectos culturais do passado, atualiza esses saberes, trazendo-os para os tempos atuais. Podemos também perceber uma memória de natureza afetiva em seu texto, como vemos em:

- (02) Veja vocês minha mãe Maria Salustiana Cordeiro analfabeta e quatro filhos de 9,7,5,3 anos de idade Maria do Carmo, Maria das Mercedes, José, e Luiz Braz, imaginem 17 dia de viagem em um caminhão era chamava pau de arara. Em junho de 1952 começava a via sacra de nossa família. O que parecia solução se tornou em longo período de sofrimento, e incerteza após dezessete dias de viagem chegamos a são Paulo.

Por isso é que podemos afirmar que o sujeito, ao se inscrever na prática da escrita, é determinado por uma memória da ordem do já-dito, mas também, em suas operações, (des)constrói memória. Assim, como já pontuamos anteriormente, ao se constituir autor de um texto, retornando a suas experiências individuais durante a narrativa, o sujeito se subjetiva, movimenta-se entre a sua singularidade e a alteridade do outro. Ao produzir o exercício da escrita de si, inscreve-se em si e no outro, promovendo encontros entre realidades, constituindo-se no acontecimento.

- (03) [...] a ilusão de sair do meu Pernambuco na esperança de ganhar dinheiro que os nordestinos tinham

Nesse caso, temos a inscrição de si na materialidade do texto, pelas marcas linguísticas do outro: *nordestino*. Também marcada por esse mesmo processo, temos a inscrição do pai do autor, caracterizado como homem sério, preocupado com o sustento de sua família.

Trechos como o citado abaixo levam-nos à reflexão do que o autor a escrever de si, marcando-se como outro. Não podemos responder a essa questão de forma pontual, mas, considerando o sujeito discursivo, diríamos que a escolha dessas marcas linguísticas, e não de outras, marca justamente o modo como o sujeito se subjetiva, inscreve a sua singularidade nesse texto. No exercício da escrita de si, o sujeito, conforme já pontuamos, inscreve-se sempre em si e no outro. E, muitas vezes, ao relatar, falar de suas experiências, inscreve-se no outro para falar de si, o que pode representar uma falta, da ordem do inconsciente, que faz aflorar sentidos que estavam silenciados, apagados de sua memória. Logo, ao produzir esse texto, o autor não fez outra coisa senão revelar esses sentidos que estavam silenciados. Vejamos o exemplo abaixo:

- (04) [...] seu pai Braz Lopes Filho funcionário público tinha uma vida muito simples, sempre pensou em dar melhores condições de vida para sua família diante de várias dificuldades financeiras cada dia ficava mais preocupado

Ainda em relação à memória, segundo Pêcheux (1995), é importante dizer que esse texto só se torna um acontecimento a ler, se convocarmos dizeres, saberes da época da expansão do café para São Paulo, o leitor precisa resgatar a memória discursiva que marcou essa data para produzir um gesto de interpretação para esse texto, para inscrever-se na sua discursividade, para significar.

Quanto ao trecho abaixo, cabe dizer que se entende por memória uma interpretação, invenção, ficção, rememoração, em que o esquecimento faz parte do agenciamento do passado, logo não há controle se é o inventado, o imaginado, o negado ou o rememorado, pois não há limites entre ficção e realidade, ou seja, memória é esquecimento, como pode ser notado em:

- (05) E falando um pouco de minha infância tenho muitas lembranças, da fazenda com 10 anos de idade das brincadeiras quando na internada montava em bezerros caindo vários tombos e isso para nós garotos era uma farrá, muita vez chegava machucado em casa e ainda apanhava de minha mãe, viver na roça não tem dinheiro que pague a liberdade de ter uma vida simples do sotaque de caboclo do andar descalço das festas de São João com fogueira rezas de terço quentão pipoca muitos fogos Saudades.

Por fim, cabe reforçar tanto o papel da memória quanto o papel da alteridade na constituição de sentidos desse texto, já que é inscrevendo-se numa determinada memória sócio-histórica, nesse caso a da expansão do café, que o sujeito do discurso se singulariza, ao mesmo tempo em que se constitui pelo outro, silenciando alguns sentidos e evidenciando outros. De acordo com Eckert-Hoff e Coracini (2010), buscar fios na memória e traçar a escritura é rastrear inscrições no corpo a partir da intervenção do outro.

Considerações finais

Para finalizarmos este artigo é importante pontuar algumas questões a título de conclusão, embora a conclusão nunca seja definitiva, justamente pela característica lacunar que a escrita assume ao ser tratada numa perspectiva discursiva. E tratar a escrita numa perspectiva discursiva, como pontuamos ao longo do artigo, significa considerá-la, antes de tudo, uma prática social que não se resume ao linguístico, mas que é determinada pelo histórico e pelo ideológico, em que o exercício do sujeito escrevente é da ordem da falta, justamente por estar afetado pelo inconsciente.

Ao analisarmos textos produzidos pelo senhor José Cordeiro Lopes, observamos algumas características que são inerentes à prática da escrita, como as citadas no parágrafo anterior, e que, portanto, não mudam na escrita. No entanto, há outras características que são diferentes.

Em relação à memória, verificamos que o autor constrói uma memória produzindo um efeito de passado, jogando, algumas vezes, com o presente, e isso marca o modo como esse sujeito se subjetiva ao produzir seu texto. Resgatando experiências já vividas, tal diferença se justifica pela questão da própria idade e das condições sócio-históricas e ideológicas que cercam a vida desse sujeito.

Parece ser prazeroso ao sujeito escrever, já que ele resgata experiências marcantes, faz aflorar faltas que o constituem e, de repente, sentidos calados, silenciados, passam a constituir a vida desses sujeitos. Portanto, ao produzir seu texto, ele não demonstra uma preocupação com a escrita formal das regras escolares, sendo a sua escrita uma escrita fluida, que faz aflorar sentimentos e subjetividades.

A matéria prima do depoimento com o qual trabalhamos no relato de memória são as lembranças. Para Halbwachs (2006), a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Ou seja, as lembranças não vivem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente e serem projetadas e ancoradas por um sentido. Elas também jamais se apresentam isoladas, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos: nas lembranças, nunca estamos sós.

Entendemos que a memória, individual ou coletiva, é necessária à atualização da percepção da realidade, e é o que torna possível a compreensão das transformações operadas na sociedade. Um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: língua (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. M. (Org.). *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.